

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
ESCOLA DE DIREITO

EDITAL Nº 001/2026 – UEA/ED

Fixa as normas do Processo de Seleção Classificatória 2026/1 aos alunos da Escola de Direito para preenchimento das vagas em caráter remunerada ou não remunerada do Programa de Monitoria da Escola de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, conforme disposto na Resolução Nº **050/2025 – CONSUNIV**.

A Coordenação do Programa de Monitoria da Escola de Direito, de acordo com a Resolução Nº **050/2025 – CONSUNIV** torna público, para conhecimento dos interessados o que se segue:

APRESENTAÇÃO

O Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por finalidade proporcionar experiência aos discentes do curso de graduação nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior. Neste sentido, a monitoria é uma proposta de ações experimentais que irá contribuir de forma relevante para a melhoria da formação dos discentes em trajetória acadêmica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, preconiza, em seu artigo 84, que: ***“os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”***. Visando a melhoria na qualidade do aprendizado dos discentes, o Programa de Monitoria da Universidade do Estado

do Amazonas tem por objetivo proporcionar aos acadêmicos dos cursos de graduação, oportunidades de desenvolverem experiências nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior.

1. DA IDENTIFICAÇÃO

Quanto aos tipos de monitoria, destacam-se duas modalidades:

1.1 MONITORIA VOLUNTÁRIA

É a monitoria em que o aluno-monitor realiza voluntariamente, com carga horária a ser cumprida no período de 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas junto com o professor-orientador. Não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA, bem como nenhum recebimento de bolsa remunerada (conforme a Resolução Nº 050/2025 – CONSUNIV/UEA).

1.2 MONITORIA REMUNERADA

Com carga horária a ser cumprida no período de até 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas junto com o professor-orientador. Tendo em vista os limites e a capacidade financeira da UEA no planejamento orçamentário de 2026/1, os monitores receberão bolsa de R\$ 600,00 (seiscentos reais) na ocasião deste edital, serão 30 (trinta) bolsas, mediante ao tempo desta monitoria, desde que a porcentagem de sua frequência tenha sido lançada no SISPROJ NOVO, bem como sua comprovação de frequência (formulário de frequência manual) tenha sido anexado entre o dia 30 e 05 do mês subsequente. A monitoria remunerada também não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA.

1.3 Disciplinas vinculadas ao Programa de Monitoria:

- **GRADE 2023**

Introdução ao Estudo do Direito I, Introdução à Economia e Desenvolvimento Regional, Teoria Geral do Estado, Teoria da Constituição, Direito Constitucional II, Direito Civil II (a partir de bens jurídicos), Direito Penal I, Direitos Humanos, Teoria

Geral do Processo, Direito Internacional Privado, Mecanismos de Solução de Conflitos, Direito Civil IV (Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie), Direito Administrativo II, Direito Penal III, Direito Processual Penal I, Direito Processual Civil II, Direito Processual Civil IV, Direito Tributário I, Direito Empresarial I, Direito Processual Penal III e Direito do Trabalho II.

- **GRADE 2015**

Direito Civil VII (Sucessões), Direito Empresarial III, Direito da Seguridade Social e Direito Ambiental I.

2. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades exercidas, tanto pelo Aluno-Monitor quanto o Professor-Orientador deverão desenvolver atividades conforme a Resolução Nº 050/2025 – CONSUNIV/UEA.

2.1 SÃO ATIVIDADES DO ALUNO-MONITOR

- I. Auxiliar o professor na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático, em exercícios de classe e no laboratório;
- II. Auxiliar o professor na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em relação ao conteúdo do componente curricular e à prática de laboratório;
- III. Fazer revisão de texto, elaborar resenhas bibliográficas e realizar outras tarefas que propiciem o seu aprofundamento no componente curricular;
- IV. Assistir aulas teóricas e práticas do componente curricular, de acordo com o Plano de Orientação do Aluno.
- V. Registrar mensalmente as atividades desenvolvidas, fichamento ou formulário manual de frequência (disponível no site da UEA), para ser entregue ao Professor-Orientador para ser anexado no SISPROJ novo;
- VI. Ao término do período letivo, fazer e entregar o Relatório de Atividades do Aluno-Monitor (disponível no site da UEA), ao professor-orientador para ser anexado no SISPROJ novo juntamente com a Avaliação Semestral pelo professor-orientador.
- VII. Participar da Mostra de Monitoria da edição vigente

VIII. Será obrigatória a participação dos alunos (bolsistas e voluntários) em exercício da monitoria a participarem de todas as convocações realizadas pela Coordenação Local ou Geral para reuniões e eventos da UEA.

Parágrafo primeiro: O exercício da monitoria **NÃO** poderá realizar-se em disciplina em que o aluno estiver **matriculado** ou que ainda **não tenha cursado com aprovação.**

Parágrafo segundo: Fica vedado ao Aluno-Monitor o exercício da docência e de qualquer atividade administrativa, sob pena da perda da bolsa. O aluno deverá, obrigatoriamente, dispor de tempo fora do seu horário de aula ou atividades de estágio para exercer a monitoria. O horário do aluno disponível para a monitoria deve contemplar o horário da disciplina pleiteada, caso contrário o mesmo pode ser dispensado pelo professor-orientador mesmo que este tenha sido aprovado na seleção. Adicionalmente também será excluído do programa o aluno que, estiver fazendo monitoria no mesmo horário que deveria estar em sala de aula.

2.2 SÃO ATIVIDADES DO PROFESSOR-ORIENTADOR

- I. Orientar até 03 (três) Alunos-Monitores, em suas atividades, independentemente do número de componente curricular;
- II. O professor-orientador vinculado em unidades acadêmicas distintas poderá somar até 3 (três) alunos em cada unidade acadêmica, independentemente de ele estar vinculado a mais de um componente curricular;
- III. Fazer o cadastro da disciplina e dos monitores no SISPROJ NOVO;
- IV. Avaliar seu desempenho;
- V. Elaborar o Plano de Orientação;
- VI. Lançar a frequência mensal on-line do Aluno-Monitor e anexar formulário de frequência manual do Aluno-Monitor, tal lançamento ocorrerá todo dia 30 e poderá ocorrer até o dia 05 do mês subsequente, não sendo permitida a inserção de meses adiantados;
- VII. Anexar em PDF, ao final da monitoria, o Relatório Semestral do Aluno-Monitor e Avaliação Semestral do Aluno-Monitor pelo Professor-Orientador no SISPROJ novo;
- VIII. Participar dos eventos e ações realizadas pela Coordenação de Monitoria Local e Geral.

Parágrafo único: É obrigatório o lançamento do Relatório Semestral, a Avaliação Semestral e a frequência mensal do aluno-monitor no SISPROJ (Sistema de Projetos da UEA), impreterivelmente, no término da monitoria, pelo professor orientador, com assinatura do Coordenador de Monitoria Local;

3. DAS VAGAS

Cada aluno poderá concorrer a apenas uma disciplina, irrevogável quando deferida lista de inscritos, e conseqüentemente a apenas uma vaga de monitor, cuja vigência será de 1 (um) semestre letivo. Não será permitido remanejo de aluno aprovado, porém não classificado, para disciplina diferente da qual efetuou inscrição.

Conforme total de bolsas disponíveis para a unidade acadêmica, **30 (trinta) bolsas**; esta será contemplada pelo candidato que obtiver a primeira colocação no processo seletivo da respectiva disciplina, porém podendo **NÃO** se efetivar conforme Parágrafo Único do Item 2 Subitem 2.1. As demais vagas são para monitoria voluntária e não remunerada, e estão descritas no ANEXO II.

Parágrafo Único: A responsabilidade de cadastrar o aluno-monitor no SISPROJ Novo será dos professores que integram a referida disciplina para a qual o aluno tenha se candidatado e recebido a classificação.

4. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Só poderá candidatar-se à monitoria aluno que:

- I. Tenha cursado, **COM APROVAÇÃO**, no mínimo 1 (um) período letivo;
- II. Tenha sido aprovado no componente curricular, objeto da monitoria, ou em componente curricular ou conjunto de componentes curriculares considerados pela Coordenação do Curso como correlatos, em que tenha obtido, em qualquer uma das hipóteses, média igual ou superior a 7,0 (sete);
- III. Comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando a devida declaração;

- IV. Se inscrever em apenas 1 (uma) disciplina no processo de seleção regular e havendo um processo remanescente regular, o mesmo não poderá efetuar uma nova inscrição;
- V. É vedada a participação de alunos desistentes de edições anteriores do Programa de Monitoria;
- VI. Fica vedada no ato de inscrição a participação de estudante no programa de monitoria **matriculado no primeiro e no último período letivo de curso**, considerando as especificidades;
- VII. **Exercício da monitoria não poderá realizar-se em componente curricular em que o aluno estiver matriculado ou que ainda não tenha cursado com aprovação.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Só será aceito a inscrição do aluno que consta APROVADO na disciplina que concorre, ou seja, no ato da inscrição para a monitoria 2026/1, o aluno já deverá constar como aprovado na disciplina que deseja concorrer, não se admitindo a aprovação durante a vigência do Edital 001-2026/1.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se for observado que o aluno não estava aprovado na disciplina, no ato da inscrição, tentando burlar as regras, será automaticamente desclassificado.

4.1 As inscrições deverão ser realizadas no período de **07 de novembro de 2025 a 10 de novembro de 2025**, mediante o cumprimento da seguinte etapa:

- I. Preenchimento e envio ao e-mail da monitoria o formulário específico disponível <https://forms.gle/GASk2UQXbyNVQanP8> para acessar o referido formulário, o aluno deverá fazer login no Gmail com o seu e-mail institucional, a saber: iniciais.curso@uea.edu.br. O formulário estará disponível até às 23h59 do dia 10 de novembro de 2025.
- II. Anexar os documentos comprobatórios solicitados no Formulário de Inscrição: documento de identificação (RG ou CNH); histórico acadêmico legível e atualizado, constando a data de emissão;
- III. Enviar uma cópia das respostas para o e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br

PARÁGRAFO ÚNICO: O candidato que não souber seu e-mail institucional e senha deverá procurar o **CTIC** da unidade para saber como acessá-lo. O não cumprimento de um destes itens indeferirá a inscrição do candidato e em casos de documentação como declarações e afins o candidato deverá procurar a Secretaria Acadêmica da Unidade.

4.2 Fica **VEDADA** a acumulação de bolsas disponibilizadas pela Universidade do Estado do Amazonas

Exemplo: aluno que recebe Bolsa Tutoria **NÃO** poderá receber Bolsa Monitoria e vice-versa.

4.3 É OBRIGATÓRIO que o Aluno-Monitor exerça suas atividades de monitor no contraturno à sua matrícula institucional, ou seja, se o aluno está matriculado no turno vespertino, a monitoria deve ser desempenhada turno noturno, para evitar o conflito de horários e atribuições.

4.4 Fica **VEDADA** no ato de inscrição a participação de estudante no programa de monitoria matriculado no primeiro e no último período letivo de curso (no caso de FINALISTAS), considerando as especificidades.

5. DO RESULTADO PARCIAL AS INSCRIÇÕES

O resultado parcial das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado no site da UEA, mural da Secretaria Acadêmica e Coordenação do Curso na data que consta no Anexo I – Cronograma.

6. INSTÂNCIAS DE RECURSO DA INSCRIÇÃO

O recurso após resultado parcial das inscrições deferida e indeferidas deverá ser enviado ao e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br por escrito, devidamente justificado e comprovado, devendo versar, estritamente, sobre o pedido de recurso na data que consta no Anexo I - Cronograma.

7. DO RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O resultado das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: site da UEA, Coordenação do Curso e mural da Secretaria Acadêmica da Unidade.

8. DAS PROVAS

O processo seletivo compreenderá uma prova objetiva de múltipla escolha ou discursiva sobre o conteúdo da disciplina na qual o aluno se candidatou;

As provas serão realizadas no dia **01 de dezembro de 2025 às 15h00** no auditório da Escola de Direito/UEA.

9. DO RESULTADO PARCIAL DAS PROVAS

O resultado parcial da Seleção de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: Site da UEA, Coordenação do Curso e mural Secretaria Acadêmica da Unidade.

Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 7,0.

Em caso de empate terá preferência o candidato que:

- I. Tiver maior nota na disciplina objetiva da monitoria;
- II. Apresentar maior média na disciplina;
- III. Apresentar maior coeficiente de rendimento;

10. INSTÂNCIAS DE RECURSO DA PROVA

O recurso relacionado às questões da prova deverá ser encaminhado ao e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br da Coordenação do Programa de Monitoria, devidamente justificado e comprovado, devendo versar, estritamente, sobre o pedido do recurso até as 23h59 do dia 07 de dezembro de 2025.

O período para a análise do recurso será no dia 04 a 09 de dezembro de 2025.

11. DO RESULTADO DAS PROVAS

Mediante a conclusão da análise dos recursos, será divulgado o resultado final no dia **10 dezembro de 2025**.

12. ADESÃO AO PROGRAMA

O aluno aprovado e classificado na seleção de monitoria será cadastrado no SISPROJ em data prevista, no entanto, caso o aluno não disponha de tempo congruente ao horário da disciplina ou aluno que foi aprovado na seleção, mas que não foi aprovado na disciplina recém finalizada ou não enviou o histórico para comprovação de aprovação na disciplina, não terão sua efetivação no programa ou seja, serão removidos do SISPROJ pela Coordenação Geral de Monitoria.

Os candidatos **CLASSIFICADOS** (candidato classificado e aprovado dentro das vagas disponíveis) para o Programa de Monitoria deverão enviar ao seu respectivo Professor-Orientador os documentos descritos abaixo para a inserção no SISPROJ até o dia 15 de janeiro de 2026.

• BOLSISTAS

- I. Comprovante de **conta corrente** (Banco Bradesco, Next, NuBank, Inter, Iti, Original, Neon e afins) em nome do bolsista, **mostrando conta e agência**. Aceitamos: extrato atualizado, contrato de abertura de conta e cópia do cartão. (entregar ao orientador para anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- II. Cópia da Carteira de Identidade e CPF (entregar ao orientador para anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- III. Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- IV. Plano de Orientação do Aluno-monitor e professor-orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);

- V. Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no SISPROJ NOVO e site da UEA);
- VI. Declaração de servir à Monitoria nas horas semanais;
- VII. Declaração de não acumulação de bolsa pelo aluno-monitor do programa de monitoria remunerada da UEA.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link:

https://drive.google.com/drive/folders/15OEi_RmGE1Qtr2FzHdb8oT548DKzOPs7?usp=sharing

- **VOLUNTÁRIOS**

- I. Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- II. Plano de Orientação do Aluno-monitor e Professor-Orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- III. Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no SISPROJ NOVO e site da UEA).
- IV. Declaração de servi à Monitoria nas horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link:

https://drive.google.com/drive/folders/15OEi_RmGE1Qtr2FzHdb8oT548DKzOPs7?usp=sharing

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

O programa de Monitoria 2026/1 inicia-se no dia 23 de fevereiro de 2026 e encerra-se no dia 23 de junho de 2026.

Ao término de cada período letivo, o orientador da monitoria/coordenador da disciplina deverá anexar no SISPROJ NOVO o Relatório Semestral (preenchido pelo aluno-monitor) e a Avaliação Final (preenchido pelo orientador da monitoria/coordenador da disciplina). O descumprimento deste item impedirá o aluno de disputar nova monitoria e de receber seu certificado.

O aluno-monitor fará jus o certificado por meio de solicitação à coordenação geral de monitoria via e-mail: monitoria@uea.edu.br se tiver a frequência mínima de 75% da carga horária total destinada à monitoria e avaliação favorável do orientador da monitoria/coordenador da disciplina.

O aluno-monitor dispensado pelo não cumprimento das normas do Programa de Monitoria não poderá se inscrever em novo processo de seleção.

Manaus, 07 de novembro de 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Ricardo Tavares Albuquerque

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque

Coordenador do Programa de Monitoria da Escola de Direito

ANEXO I - CRONOGRAMA

ORDEM	ATIVIDADE	DATA
1	Divulgação do Edital para seleção de vagas de Monitoria para o semestre de 2026/1.	07/11/2025
2	Período de inscrição via <i>Google Forms</i> .	07/11/2025 a 10/11/2025
3	Divulgação do resultado parcial das inscrições DEFERIDAS e INDEFERIDAS.	11/11/2025
4	Período para recurso das inscrições.	11/11/2025 a 12/11/2025
5	Divulgação do resultado final das inscrições deferidas.	13/11/2025
6	PROVA DE MONITORIA 2026/1	01/12/2025
7	Divulgação do resultado parcial da prova.	04/12/2025
8	Período para recurso da prova.	04/12/2025 a 07/12/2025
9	Período para análise do recurso da prova.	04/12/2025 a 09/12/2025
10	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA.	10/12/2025
11	Preenchimento dos documentos de adesão e envio da documentação para monitoria_ed@uea.edu.br e upload dos documentos e cadastramento das disciplinas no SISPROJ NOVO (envio para o e-mail da monitoria é apenas para arquivo e a validação é apenas com o cadastro no SISPROJ).	01/12/2025 a 15/01/2026
12	Início das atividades de Monitoria.	23/02/2026
13	Encerramento das atividades de Monitoria.	23/06/2026
14	Encaminhamento do Relatório e Avaliação Semestral das atividades do aluno-monitor.	Após o término das atividades
15	Período de solicitação de Certificado de Monitoria à PROGRAD através do monitoria@uea.edu.br	Após a entrega dos relatórios e avaliações semestrais.

ANEXO II - LISTA DE DISCIPLINAS

1º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0101	Introdução ao Estudo do Direito I	1	1
ED0103	Introdução à Economia e Desenvolvimento Regional	1	1
ED0104	Teoria Geral do Estado	1	1
ED0107	Teoria da Constituição	2 (1Not +1Vesp)	-

3º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0301	Direito Constitucional II	2 (1Not +1Vesp)	1
ED0302	Direito Civil II (a partir de bens jurídicos)	2 (1Not +1Vesp)	-
ED0303	Direito Penal I	2 (1Not +1Vesp)	1
ED0304	Direitos Humanos	1	-
ED0305	Teoria Geral do Processo	2 (1Not +1Vesp)	1

5º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0501	Direito Internacional Privado	1	2 (1Not +1Vesp)
ED0502	Mecanismos de Solução de Conflitos	1	-
ED0503	Direito Civil IV (Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie)	1	1
ED0504	Direito Administrativo II	1	2 (1Not +1Vesp)
ED0505	Direito Penal III	1	1
ED0506	Direito Processual Penal I	1	2 (1Not +1Vesp)
ED0507	Direito Processual Civil II	1	2 (1Not +1Vesp)



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



7º PERÍODO – GRADE 2023

SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0701	Direito Civil VI (Direitos Reais)	-	1
ED0702	Direito Processual Civil IV	1	-
ED0703	Direito Tributário I	1	2 (1Not +1Vesp)
ED0704	Direito Empresarial I	1	2 (1Not +1Vesp)
ED0705	Direito Processual Penal III	1	2 (1Not +1Vesp)
ED0706	Direito do Trabalho II	1	2 (1Not +1Vesp)

9º PERÍODO – GRADE 2015

SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ESO0933	Direito Civil VII (Sucessões)	1	2 (1Not +1Vesp)
ESO0934	Direito Empresarial III	1	-
ESO0935	Direito da Seguridade Social	1	-
ESO0932	Direito Ambiental I	1	1



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0101	Introdução ao Estudo do Direito I	60	0	0	60	4.4.0	-
EMENTA							
ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES E INSTITUTOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS: ESTADO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. FATORES DO DIREITO. CONCEITOS DE DIREITO, POSIÇÃO NO UNIVERSO CIENTÍFICO, CLASSIFICAÇÕES FUNDAMENTAIS E CIÊNCIAS AFINS. FINALIDADES DO DIREITO. DIREITO, SOCIEDADE E ESTADO. FONTES DO DIREITO. SUJEITO DE DIREITO, DIREITO SUBJETIVO, RELAÇÃO E SITUAÇÃO JURÍDICAS. FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO. INTRODUÇÃO À TEORIA DA NORMA JURÍDICA. INTRODUÇÃO À TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO. INTRODUÇÃO À HERMENÊUTICA JURÍDICA.							
OBJETIVOS							
Ao final do curso o aluno deverá ter uma visão geral do fenômeno jurídico em seus aspectos técnico, mas com alguns elementos sociológico, histórico e filosófico.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.							
NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 37ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.							
REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AQUINO, Daniel. Considerações bioevolutivas sobre o desenvolvimento histórico das instituições jurídicas do casamento, da propriedade e da sucessão. Texto não publicado.							
FULLER, Lon F. O caso dos exploradores de cavernas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.							
FULLER, Lon L. O caso dos denunciadores invejosos: introdução práticas às relações entre direito, moral e justiça. São Paulo: RT, 2003.							
GRAEBER, David e WENGROW, David. Como mudar o curso da história humana. Fonte: website https://www.eurozine.com/como-mudar-o-curso-da-historia-humana/							
HOPPE, Hans-Hermann. A origem da propriedade privada e da família. Fonte: website http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1037 .							
MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito, 34ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.							
VENOSA, Silvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0103	Introdução à Economia e Desenvolvimento Regional	30	0	0	30	2.2.0	-
EMENTA							
<p>Conceitos fundamentais em economia. Evolução do pensamento econômico. O problema econômico. Sistemas econômicos. Noções sobre mercados e preços. A importância do estudo da economia para o direito. Noções de economia de mercado. Estruturas de mercado. A intervenção do estado no combate à dominação de mercado. A adoção de políticas econômicas e suas fundamentações jurídicas. Setor externo e direito. O processo de integração econômica e os organismos internacionais. Crescimento econômico e a informalidade no mercado de trabalho. Desigualdade e tributação no Brasil. Desenvolvimento Regional e Amazonas – Lei da Informática, Zona Franca de Manaus, o papel da Indústria.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Objetivo Geral: Estimular a reflexão crítica sobre o cenário econômico mundial e seus efeitos na economia brasileira.</p> <p>Objetivos específicos: Fornecer os instrumentais teóricos para a compreensão dos conceitos e problemas econômicos; <u>Mostrar</u> a importância do estudo da teoria econômica e sua inter-relação com o Direito e assim qualificar os alunos para assumirem suas atribuições e deveres sociais como operadores jurídicos aptos e responsáveis.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<ul style="list-style-type: none"> •De VASCONCELLOS, M. A. S. Economia Micro e Macro. São Paulo: Editora Atlas, 4ª edição, 2006. •MANKIW, G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro, Campus, 2013; •ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo. Editora Atlas, 1993, 15ª Edição. 							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<ul style="list-style-type: none"> •MONTORO FILHO, André Franco et <u>all</u>. Manual de Economia. São Paulo, Saraiva, 1992; •ROBINSON, Joan e EATWELL, John. Introdução à Economia. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979. •SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. Economia. Lisboa, McGraw-Hill, 1988, 12ª Edição. •WONNACOTT, Paul e WONNACOTT, Ronald. Introdução à Economia. São Paulo, 1993. •PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. TONETO JR. R. (<u>Orgs.</u>). Manual de Economia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0104	Teoria Geral do Estado	60	0	0	60	4.4.0	-
EMENTA							
Sociedade: origem, ordem social e sociedades políticas. Teoria Social do Estado: origem, evolução histórica e justificação do Estado. Conceito, finalidade do Estado. Território. Povo. Poder e soberania. Elementos constitutivos. Personalidade Jurídica do Estado e Problemas do Estado Contemporâneo. Formas de Estado, formas e sistemas de governo. Regimes políticos, liberalismo, estado social, socialismo real, teocracia, neoliberalismo, globalização. Estado e Democracia: Democracia direta e semidireta. Democracia Representativa. Sufrágio. Especificidade da política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássica do pensamento político. Principais correntes do pensamento político contemporâneo.							
OBJETIVOS							
Estudar a Teoria Geral do Estado, entendendo a dinâmica do fenômeno social com o poder do Estado, bem como estudar a Constituição, enquanto teoria política do direito constitucional e teoria científica do direito constitucional; Compreender o fenômeno da teoria do Estado, desde a origem da formação da sociedade ao Estado atual; Estudar a Teoria Geral do Estado, enfocando seus elementos e a dinâmica do poder à luz da divisão espacial e territorial; Conhecer as formas de Estado, formas de governos e sistemas de governos; Identificar as modalidades de constituições emergentes dos movimentos constitucionalistas e a identificação de seus elementos; Estudar os princípios constitucionais e a teoria das normas constitucionais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 11ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. MALUF, <u>Sahid</u> . Teoria Geral do Estado. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 33ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 2 ed. São Paulo: Globo, 2008. BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2011. CUNHA, Paulo Ferreira da. Teoria geral do Estado e ciência política. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788553601912. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553601912 . Acesso em: 25 nov. 2019 GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria geral do Estado e ciência política. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788597021707. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021707 . Acesso em: 25 nov. 2019. MELO, Débora <u>Sinflorio</u> da Silva; SCALABRIN, Felipe. Ciência política e teoria geral do estado. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Livro digital. (1 recurso online). ISBN 9788595021891. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021891 . Acesso em: 25 nov. 2019.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0107	Teoria da Constituição	30	0	0	30	2.2.0	
EMENTA							
Direito Constitucional: Conceito, Origem, Formação e Evolução Doutrinária do Direito Constitucional. Constituição: Conceito, Classificação, Espécies, Elementos, Estrutura e Supremacia da Constituição. Poder Constituinte: Influências Doutrinárias na Teoria do Poder Constituinte e Análise de Processos Constituintes Atuais. Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira de 1988. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais e Interpretação das Normas Constitucionais. Noções de Controle de Constitucionalidade.							
OBJETIVOS							
Ao final do curso o aluno deverá ter uma visão geral do Direito Constitucional, a partir da apresentação dos princípios e fundamentos teóricos da disciplina e dos fatos políticos atuais, de modo a torná-lo apto a conhecer os institutos que caracterizam o Direito Constitucional.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 35ª edição. São Paulo: Malheiros, 2020.							
FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2023.							
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Princípios fundamentais do direito constitucional. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil). Revista da EMERJ, v. 9, nº 33, 2006. Disponível em: < https://www.emerj.tjrj.jus.br >.							
_____. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2022.							
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Editora Almedina. 7ª ed. 7ª reimp. 2003.							
DALLARI, Dalmo de Abreu. Constituição e constituinte. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.							
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 44ª edição. São Paulo: Malheiros, 2022.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0301	Direito Constitucional II	60	0	0	60	4.4.0	ED0203
EMENTA							
Organização do Estado: princípio federativo, organização político-administrativa, União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. A intervenção. Administração Pública. Organização dos Poderes. Poder Executivo. Poder Legislativo e Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.							
OBJETIVOS							
OBJETIVO GERAL: Estudar os Títulos III a V do texto constitucional brasileiro os quais abrangem a forma de organização do Estado federal, dos Poderes da República E os mecanismos de defesa do Estado e das instituições democráticas. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar, a partir do texto constitucional, a estrutura do Estado brasileiro, em seus aspectos político-administrativos; Compreender a organização dos Poderes estabelecida na Constituição Federal de 1988; Estudar o sistema constitucional das crises para defesa do Estado e das instituições democráticas; Interpretar criticamente as normas constitucionais referentes às temáticas dos Títulos III a V em estudo; Examinar a aplicação dos dispositivos constitucionais em apreço através da leitura da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinente à temática abrangida pelos títulos III a V da Constituição Federal de 1988.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.020. LENZA, Pedro. Direito Constitucional: Esquematizado. 26. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44. ed. S. Paulo: Malheiros: 2.022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo <u>Gonet</u> . Curso de Direito Constitucional 17. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 38. ed. S. Paulo: Atlas, 2.022. NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria B. Barreto Andrade. Constituição Federal Comentada e Legislação Complementar. 8. ed. S. Paulo: RT, 2.022. NOVELINO, Marcelo. Curso Direito Constitucional. 18. ed. S. Paulo: JusPodivm, 2.023. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 20. ed. S. Paulo: Saraiva: 2.022.							

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0302	Direito Civil II (a partir de bens jurídicos)	30	0	0	30	2.2.0	ED0204
EMENTA							
Objetos das relações jurídicas. Bens jurídicos: conceito e classificação. Teoria do Fato Jurídico. Negócio Jurídico: classificação, interpretação e planos. Plano da validade. Invalidade do negócio jurídico: nulidade e anulabilidade. Eficácia: condição, termo e encargo. Prescrição e decadência. Prova do fato jurídico.							
OBJETIVOS							
<p>Geral: Continuar o estudo introdutório da Teoria Geral do Direito Civil.</p> <p>Específicos: Compreender o objeto das relações jurídicas. Compreender os fatos jurídicos enquanto propulsores das relações jurídicas. Desenvolver uma teoria crítica sobre o negócio jurídico enquanto criador de relações jurídicas.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>DE FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 21.^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2023.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: parte geral. Vol. 1, 20.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2022.</p> <p>VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 22.^a ed., São Paulo: Atlas, 2022.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>DA SILVA, Caio Mário Pereira. Instituições de Direito Civil: introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil. Vol. 1, 33.^a ed., São Paulo: Forense, 2020.</p> <p>GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do Código Civil.</p> <p>LOBO, Paulo. Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 12.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2023.</p> <p>NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 14.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.</p> <p>WALD, Arnoldo; PAESANI, Liliana Minardi; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L. W. Direito Civil: introdução e parte geral. Vol. 1, 14.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2015.</p>							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0303	Direito Penal I	60	0	0	60	4.4.0	ED0202
EMENTA							
<p>Conceito, características e classificação do Direito Penal. Abordagem histórica do Direito Penal. Fontes, interpretação e analogia do Direito Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Conceitos, Sujeitos e classificação do crime. Crime tentado e consumado. Excludentes da antijuridicidade e da culpabilidade. Concursos de pessoas.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Proporcionar ao estudante a compreensão da estrutura do sistema penal brasileiro e uma visão crítica das modernas tendências da ciência penal, para possibilitar que o mesmo se posicione como intérprete e aplicador do direito, mas principalmente como agente transformador da realidade; Introduzir o estudante à ciência do direito penal e seus principais conceitos, dando-lhe condições para fazer uma análise crítica do sistema penal pátrio, bem como compará-lo a outros sistemas periféricos e centrais; Abordar todos os princípios basilares da parte geral do Direito Penal brasileiro posto (legislado). O curso tem como finalidade precípua dar condições ao estudante de interpretar a legislação e aplicá-la ao caso concreto; Compreender a estrutura da Conduta Criminosa à luz da Teoria Finalista e das demais teorias da ação; Abordar o estudo do delinquente e sua conduta delituosa, todos os aspectos da sanção enquanto conduta devida (poder-dever do estado) em caso de ocorrência criminosa, ou seja, da concreção da descrição legal, bem como as suas causas extintivas.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal 1, parte geral. 29ª ed. São Paulo: Saraiva. 2023</p> <p>ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.</p> <p>GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. vol. 1. 25ª ed. São Paulo: Atlas. 2023.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal, tomo I. vol. I. 7ª ed. São Paulo: Saraiva. 2012</p> <p>BETTIOL, Rodolfo. BETTIOL, Giuseppe. Instituições de Direito e Processual Penal. 1ª ed. São Paulo: <u>Pillares</u>. 2008.</p> <p>CERNICCHIARO, Luiz Vicente. COSTA JR., Paulo Jose da. Direito Penal na Constituição.</p> <p>BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 1ª ed. Editora Lafonte. 2022</p> <p>SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal: parte geral. 10ª ed. <u>Tirant</u>. 2022</p>							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0304	Direitos Humanos	30	0	0	30	2.2.0	ED0205
EMENTA							
<p>Noções gerais sobre as Quatro Vertentes do Direito Internacional dos Direitos Humanos (Direito Internacional Humanitário, Direito Internacional dos Refugiados, Direito Internacional dos Direitos Humanos stricto sensu, Direito Internacional Penal). O Estado e a Proteção dos Direitos Humanos. A Internacionalização da Proteção dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Os Pactos das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Natureza Jurídica Especial dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos: impacto das obrigações, hermenêutica e responsabilidade internacional do Estado. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: sistemas global, europeu, interamericano e africano. Processo interamericano de proteção dos direitos humanos perante a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos. O controle de convencionalidade.</p>							
OBJETIVOS							
<p>OBJETIVO GERAL: Estudar os mecanismos de proteção dos direitos fundamentais no plano do direito internacional, visando fortalecer as bases de uma cultura jurídica voltada para o respeito e a garantia dos direitos humanos.</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender o Direito Internacional contemporâneo à luz da vertente de sua humanização; Conhecer os instrumentos de proteção internacional de direitos humanos e os mecanismos internacionais de implementação destes instrumentos; Examinar os sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos, com ênfase no estudo do sistema interamericano; Analisar a jurisprudência interamericana acerca da temática da proteção dos direitos humanos, enfatizando o estudo dos casos brasileiros julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2021.</p> <p>Processo Internacional de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2019.</p> <p>TRINDADE, A. A. Cançado. Tratado de direito internacional de direitos humanos. Porto Alegre: Sérgio Fabris: 1997, 1999 e 2003. vols. 1-3.</p> <p>WEIS, Carlos. Direitos humanos contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação dos Direitos humanos. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Regime da Vanguarda do Direito Internacional Público: ciência, direitos humanos, meio ambiente, migrações, povos indígenas e trabalho decente. Brasília: Trampolim, 2021.</p> <p>MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos Humanos na Jurisprudência Internacional. São Paulo: Método, 2019.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem internacional. 6. ed. São Paulo, Saraiva, 2016.</p> <p>TRINDADE, A. A. Cançado. A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2.006.</p>							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0305	Teoria Geral do Processo	60	0	0	60	4.4.0	ED0203
EMENTA							
Noções preliminares de Direito Processual. Interdisciplinaridade do Direito Processual. Norma processual. Princípios. O Processo como meio de solução de conflitos. A Jurisdição. Poder Judiciário. Ministério Público. Advogados. Defensoria Pública. Órgãos Auxiliares da Justiça. Competência. Ação. Processo. Relação Jurídica Processual. Atos Processuais. Prazo Processual. Teoria das Nulidades. Provas. Recursos. Precedentes. Coisa julgada.							
OBJETIVOS							
<p><u>A. GERAL:</u> Proporcionar ao acadêmico conhecimento sobre os conceitos lógico-jurídicos do processo.</p> <p><u>B. ESPECÍFICOS:</u> habilitar os alunos no manuseio dos conceitos jurídico-positivos que o circundam, presentes nas diversas normas que regulam os campos da dogmática processual.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>DINAMARCO, Cândido Rangel; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria Geral do Processo. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2023.</p> <p>LIMA, Fernando Antonio Negreiros. Teoria Geral do Processo Judicial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre; PEDRON, Flávio Quinaud. Teoria Geral do Processo. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>GRINOVER, Ada Pellegrini. Ensaio sobre a processualidade. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.</p> <p>DIDIER JÚNIOR, Fredie. Sobre a Teoria Geral do Processo, essa desconhecida. 7. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2022.</p> <p>ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flavio Luiz (Org.). 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil. São Paulo: Malheiros, 2013.</p> <p>BRAGA, Paula Sarno. Norma de Processo e Norma de Procedimento. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2022.</p> <p>WATANABE Kazuo. Cognição no Processo Civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0501	Direito Internacional Privado	30	0	0	30	2.2.0	ED0406
EMENTA							
Caracterização e evolução histórica do Direito Internacional Privado (DIPr). O DIPr como um direito das relações internacionais privadas. Sujeitos das relações internacionais privadas. Fontes do DIPr. Teorias Estatutárias. Conflitos de leis no espaço. Elementos de conexão: território, nacionalidade, domicílio, residência e autonomia da vontade. Naturalização. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses. Interpretação e aplicação do direito estrangeiro nas diversas esferas das relações privadas pelo juiz nacional. Prova do direito estrangeiro. Reenvio. Exceções à aplicação do direito estrangeiro: fraude à lei; ordem pública. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. Reciprocidade. Métodos de solução de controvérsias alternativos: a arbitragem. Cooperação judiciária internacional.							
OBJETIVOS							
Fornecer as diretrizes para solução de conflitos decorrentes da aplicação do direito no âmbito das relações internacionais de natureza privada, com ênfase na aprendizagem dos mecanismos disponíveis no atual sistema brasileiro de DIPr; Travar a discussão sobre a definição, denominação e objeto, visando distinguir o DIPr como ramo autônomo do saber jurídico; Compreender os princípios e elementos do DIPr a partir do estudo de sua evolução histórica.; Ministar conhecimento para que discentes possam solucionar problemas práticos que envolvam o interesse de múltiplas ordens jurídicas estatais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2023 BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2020. DOLINGER, Jacob. TIBURCIO, Carmen. Direito Internacional Privado: Parte geral e especial. 15ª ed. Rio de Janeiro: Método/Forense, 2020.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direito Internacional Privado. 3ª ed. São Paulo: SaraivaJur. 2023 CASTRO. Amílcar de. Direito Internacional Privado. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Privado. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2023 PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 14 ed. Salvador: Juspodivm. 2022 RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado - teoria e prática. 21 ed. São Paulo: Saraivajur. 2022							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0503	Direito Civil IV (Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie)	60	0	0	60	4.4.0	ED0403

EMENTA

Noção geral de contrato. Teoria geral dos contratos. Princípios fundamentais do regime contratual. Limitações à liberdade de contratar: a ordem pública e os bons costumes. Classificação dos contratos. Formação dos contratos. Interpretação dos contratos. Extinção dos contratos. Distrato. Espécies de contrato. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais de vontade. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.

OBJETIVOS

Proporcionar aos alunos conhecimento sobre os elementos, os princípios e a dinâmica dos contratos; mostrar como se classificam os contratos; examinar as formas de alteração e de extinção contratual; conhecer os contratos em espécie; levar os alunos a um contato mais aprofundado com a teoria geral dos contratos; favorecer a percepção do contrato em seu aspecto funcionalizado, de modo que os alunos aprendam a construir uma hermenêutica criativa, emancipatória e sintonizada com a atual pauta constitucional de valores éticos, em especial os direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Contratos e Atos Unilaterais. vol. 3. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. Vol. 3. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil – Contratos. vol. III. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. Código Civil Interpretado. vols. I e II. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil – Contratos. vol. III. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

WALD, Arnoldo. Direito Civil – Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. vol. 2. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

WALD, Arnoldo. Direito Civil – Contratos em Espécie. vol. 3. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil – Tomo III. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0504	Direito Administrativo II	60	0	0	60	4.4.0	ED0401
EMENTA							
Atos Administrativos. Controle da Administração Pública. Responsabilidade Civil do Estado. Servidores Públicos. Serviço Público. Bens Públicos.							
OBJETIVOS							
<p>GERAL - Analisar a atividade administrativa sob a ótica da estrutura organizacional da Administração Pública empregando os principais instrumentos do Direito Administrativo buscando demonstrar a integração da Administração Pública com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais do Estado Democrático de Direito, na realização do bem-estar da coletividade.</p> <p>ESPECÍFICOS - Enquadrar juridicamente as situações concretas por meio de análise crítica; Inferir a noção de Direito Administrativo sob a ótica do controle de suas funções, consubstanciada no estudo do exercício de suas atribuições, vinculadas, sempre, ao princípio da legalidade; Explicitar acerca dos procedimentos administrativos quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, serviços públicos e servidores públicos; Expor sobre Responsabilidade Civil do Estado; Consubstanciar sobre Licitações e Contratos Administrativos e suas repercussões na estrutura organizacional da Administração Pública. da legalidade; Explicitar acerca dos procedimentos administrativos quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, serviços públicos e servidores públicos; Expor sobre Responsabilidade Civil do Estado.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 44 ed. Ed. Malheiros, 2020.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 34 ed. Ed. Atlas, 2022.</p> <p>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 34 ed. Ed. Malheiros. 2021.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 35 ed., Ed. Atlas. 2022.</p> <p>GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, 17 ed. Ed. Saraiva, 2012.</p> <p>JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 14 ed. Ed. RT. 2022.</p> <p>MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 22 ed. RT. 2020.</p> <p>NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 11 ed. Ed. Atlas. 2022.</p>							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0502	Mecanismos de Solução de conflitos	30	0	0	30	2.2.0	ED0203
EMENTA							
Acesso à justiça, inafastabilidade do controle jurisdicional e soluções de controvérsias. Cultura da sentença e cultura da pacificação. Autocomposição e heterocomposição. Métodos adequados de soluções de conflitos. Mediação. Lei de Mediação. Conciliação. Negociação. Arbitragem. Lei de Arbitragem. Arbitragem Internacional. Direito comparado e outros mecanismos de soluções de conflitos.							
OBJETIVOS							
<p>Objetivo geral: Proporcionar ao discente conhecimentos e habilidades para utilização de mecanismos adequados de soluções de controvérsias, com desenvolvimento das habilidades necessárias à atuação profissional, além de incentivar a cultura do consenso. Objetivos específicos: 1.Estabelecer no discente um pensamento crítico quanto litigiosidade processual e a cultura do consenso, de acordo com os mecanismos adequados de soluções de conflitos; 2.Possibilitar ao aluno conhecimento básico sobre os mecanismos adequados de soluções de conflitos, atentando para novas tendências; 3.Capacitar o discente para atuação profissional, com pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e do Direito Comparado; 4.Fomentar no discente discussões sobre responsabilidades e dilemas éticos no âmbito negocial e nos diversos mecanismos de soluções de conflitos; 5.Proporcionar ao aluno a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos jurídicos teóricos adquiridos no curso, se possível com a utilização de algumas atividades simuladas.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>- CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem. 9ª Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.</p> <p>- GRINOVER, Ada Pellegrini. Os métodos consensuais de solução de conflitos no Novo CPC. In GRINOVER, Ada Pellegrini [et al.]. O Novo Código de Processo Civil – questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015, pp. 1-21.</p> <p>- SCAVONE JR, Luiz Antônio. Arbitragem, mediação, conciliação e negociação. 10ª Ed., Forense, 2020.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.</p> <p>- GRINOVER, Ada Pellegrini. Os fundamentos da justiça conciliativa. In: Revista de Arbitragem e Mediação. RArb 14, 2007, pp. 116-21.</p> <p>FISHER, Roger, URY, William e PATTON, Bruce. Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Imago, 2005.</p> <p>- FISS, Owen. Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.</p> <p>- LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Negócios jurídicos processuais e mediação. In: PINTO, Adriano Moura da Fonseca et al (org.) Estudos sobre mediação: no Brasil e no exterior. Santa Cruz do Sul: Essere <u>nel Mondo</u>, 2020, v. 1, pp. 227-236.</p> <p>- MENKEL-MEADOW, Carrie. The limits of adversarial ethics. In: RHODE, Deborah L. (Ed.). Ethics in practice: lawyers' roles, responsibilities and regulation. New York: Oxford University Press, 2000. p. 132-137.</p> <p>- SADEK, Maria Teresa. Acesso à Justiça: visão da sociedade. In: Justitia São Paulo, n. 65, 2008, pp. 271-279.</p> <p>- SALLES, Carlos Alberto de. O consenso nos braços do Leviatã: os caminhos do Judiciário brasileiro na implantação de mecanismos adequados de solução de controvérsias. In: RJLB, Ano 4, 2018, n. 3.</p>							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0505	Direito Penal III	60	0	0	60	4.4.0	ED0405
EMENTA							
<p>Dos Crimes contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Proporcionar ao estudante a compreensão da estrutura do sistema penal brasileiro e uma visão crítica das modernas tendências da ciência penal, para possibilitar que o mesmo se posicione como intérprete e aplicador do direito, mas principalmente como agente transformador da realidade.</p> <p>Introduzir o estudante à ciência do direito penal, dando-lhe condições para fazer uma análise crítica do sistema penal pátrio, bem como compará-lo a outros sistemas periféricos e centrais.</p> <p>Aprimorar o estudante ao estudo do direito legislado, onde serão abordados todos os princípios basilares da parte geral e especial do Direito Penal brasileiro posto (legislado). O curso tem como finalidade precípua dar condições ao estudante de interpretar a legislação e aplicá-la ao caso concreto.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal. Salvador: Ed. JusPodivm. 2022</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal, 19ª ed. São Paulo: Forense. 2023</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 2 e 3. São Paulo: Forense. 2023</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial, vol. 2, 3 e 4. São Paulo, Ed. Saraiva. 2023</p> <p>ESTEFAM, André. Direito Penal. Parte Especial. São Paulo. Ed. Saraiva. 2022</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal comentado. 23ª ed. São Paulo: Forense. 2023</p> <p>MASSON, Cleber. Direito penal - parte especial. vol. 2 e 3. 17ª ed. São Paulo: Gen - Método. 2023</p> <p>MASSON, Cleber. Código Penal comentado. 11ª ed. São Paulo: Gen - Método. 2023</p>							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0506	Direito Processual Penal I	60	0	0	60	4.4.0	ED0305
EMENTA							
Direito Processo Penal e Direito Fundamental. Princípios do Processo Penal e Aspectos Constitucionais. Fontes do Processo Penal. Interpretação da Lei Processual. Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço. Inquérito Policial. Ação Penal. Ação Civil <i>ex delicto</i> . Jurisdição e Competência. Questões e Procedimentos Incidentes. Provas.							
OBJETIVOS							
Compreender os fundamentos e os princípios gerais do Direito Processual Penal, suas fontes, sua aplicação e interpretação.							
Desenvolver no aluno uma posição crítica sobre os pontos desenvolvidos.							
Proporcionar ao aluno a relação entre a teoria e a prática através da interpretação dogmática e jurisprudencial dos temas desenvolvidos.							
Instar o acadêmico a interpretar textos legais, doutrinários e jurisprudenciais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
LIMA, Renato Brasileiro de. Curso de Processo Penal. Salvador: jusPODIVM, 2022.							
LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. São Paulo; Saraiva, 2022.							
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Editora: Forense, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AVENA, Norberto. Processo Penal. São Paulo: Método, 2022.							
BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.							
NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios constitucionais penais e processuais penais. Processual Penal. Rio de janeiro: Forense, 2015.							
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal; São Paulo; Atlas, 2022.							
TÁVORA, Nestor e ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Processo Penal e Execução Penal. Salvador: jusPODIVM, 2022.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0507	Direito Processual Civil II	60	0	0	60	4.4.0	ED0406
EMENTA							
1.Procedimento Comum. Petição Inicial. 2. Pedido 3. Indeferimento da Petição Inicial, Improcedência Liminar do Pedido; 4. Audiência de Conciliação; 5. Contestação e Resposta do Réu. 6. Reconvenção; Revelia; 7. Providências Preliminares; 8. Julgamento Conforme o Estado do Processo e Saneamento 9. Audiência de Instrução e Julgamento; 10. Teoria Geral das Provas; 11. Produção Antecipada de Prova e Ata Notarial. 12. Depoimento Pessoal das Partes e Confissão. 9. Sentença; 10. Coisa Julgada; 11. Procedimentos Especiais. Arts. 318 a 368 (2 a 7), 369 a 484 (8), 485 a 508 (9 e 10), 539 a 770 (11).							
OBJETIVOS							
Desenvolver o Estudo da fase do procedimento Comum, desde a petição inicial, Resposta do Réu instrução do processo, até a sentença e coisa julgada, de acordo com as Disposições do Código de Processo Civil Lei n. 13.105, de 16/03/2015. Nesta disciplina, o discente terá a oportunidade de examinar, desde o pedido inicial até a sentença, passando, também o estudo pelos procedimentos especiais. Assim, deverá o aluno entender a sistemática do novo Código de processo Civil para os institutos mencionados, juntamente com as novas tendências do processo civil brasileiro.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
Código de Processo Civil Comentado por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, e outros. 9ª edição, capa dura, 2023.							
ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 20 ed, capa comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.							
DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (Volume 1) Capa dura. 24 ed. Vol. I. Salvador: Juspodvim, 2022.							
DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (Volume 2) Capa. 24 ed. Vol. II. Salvador: Juspodvim, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. II a VI. São Paulo: Malheiros, 2022.							
DONIZETTI, Elpidio, Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2023							
MARINONI, Luiz Guilherme & ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. v. I a III. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2022							
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2021.							
WAMBIER, Luiz Rodrigues & TALAMINI, Eduardo & ALMEIDA, Flávio Renato. Curso Avançado de direito processual civil. v. I a IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	<u>Pré-Req</u>
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0702	Direito Processual Civil IV	60	0	0	60	4.4.0	ED0605
EMENTA							
1.Cumprimento de Sentença; 2. Execução em Geral; 3. Espécies de Execução; 4. Embargos do Devedor; 5. Impugnação de Cumprimento de Sentença; 6. Execução por quantia certa de Devedor Solvente; 7. Remição; 8. Suspensão e Extinção da Execução.							
OBJETIVOS							
Nesta terceira fase, os estudantes terão a oportunidade de examinarem, desde a Execução até as primeiras linhas do Processo Cautelar passando pela execução de prestações alimentícias e pela execução contra a Fazenda Pública, que são de conhecimento obrigatório, pois além de matérias prioritárias no campo de trabalho do advogado, são inseridas em todos os concursos públicos.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
Código de Processo Civil Comentado por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, e outros. 9ª edição, capa dura, 2023.							
ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 20 ed. capa comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.							
DONIZETTI, Elpídio, Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2023							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. II a VI. São Paulo: Malheiros, 2022.							
Código de Processo Civil Comentado por Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. 21ª edição, capa dura, 2023.							
MARINONI, Luiz Guilherme & ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. v. I a III. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2022							
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2021.							
WAMBIER, Luiz Rodrigues & TALAMINI, Eduardo & ALMEIDA, Flávio Renato. Curso Avançado de direito processual civil. v. I a IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0703	Direito Tributário I	60	0	0	60	4.4.0	ED0301
EMENTA							
Estado Fiscal e Tributação. Noções introdutórias ao Direito Tributário: contribuições de outros ramos do conhecimento, especialmente, as ciências das finanças. Direito Tributário. Fontes do direito Tributário. Tributo. Sistematização das categorias técnicas de tributação. Sistema Tributário e Discriminação de Competência. Sistema e Princípios Constitucionais Tributários. Imunidades Tributárias. Legislação Tributária. Obrigação Tributária.							
OBJETIVOS							
Promover o conhecimento dos fundamentos do direito tributário, seus pressupostos conceituais e metodológicos básicos, em termos de teoria geral e, inclusive, por meio de cotejos com o direito comparado. Investigar as origens históricas do Direito Tributário, suas fontes e a influência das Ciências das Finanças e da Economia em sua formação, bem como analisar as espécies tributárias, a partir do conceito de tributo. Propiciar o entendimento do sistema tributário, a partir das regras de competência, das limitações constitucionais ao Poder de Tributar e demais princípios e regras atinentes à tributação. Oferecer a compreensão do espectro de atuação do legislador ordinário para instituição dos tributos, por meio da compreensão da interação entre a norma de competência, regras de imunidade e normas gerais de direito tributário; <u>Propiciar a compreensão do modelo normativo da obrigação tributária no direito tributário, especialmente, o brasileiro.</u>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012. SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 12ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2023. TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário. v. III: os direitos humanos e a tributação. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 7ª ed. São Paulo: NOESES. 2018. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 42ª ed. Salvador: <u>Juspodivm</u> , 2023. ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário. Salvador: <u>Juspodivm</u> . Edição 17ª, 2023. MINARDI, Josiane. Direito Tributário. Salvador: <u>Juspodivm</u> . Edição 14ª, 2022.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0704	Direito Empresarial I	60	0	0	60	4.4.0	ED0202
EMENTA							
Do Direito Comercial ao Direito Empresarial: Percurso histórico. Princípios do Direito Empresarial. Teoria da empresa. Registro Público de Empresas e Atividades afins. Sinais distintivos do empresário e colidência entre eles. Estabelecimento empresarial e temas correlatos. Pequeno empresário e Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Propriedade intelectual e institutos afins. Estudo do Direito Societário, com ênfase em sociedades limitadas, sociedades por ações e Mercado de Valores Mobiliários.							
OBJETIVOS							
Trabalhar os novos conceitos sobre o regime jurídico empresarial, a fim de que o aluno de direito saiba interpretar a legislação e os institutos jurídicos vinculados à teoria da empresa e a natureza jurídica dos institutos empresariais.							
Conceituar a evolução histórica da prática mercantil e a nova dimensão econômica da empresa, analisando os agentes econômicos empresariais (empresário individual, EIRELI e sociedades empresárias). Dimensionar a liberdade de atividade econômica e a questão da ordem pública constitucional.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. Curso Avançado de Direito Comercial. Editora Revista dos Tribunais, 2022.							
CAMPINHO, Sergio. Curso de Direito Comercial. Direito de Empresa. SP: Editora Saraiva, 2021.							
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021.							
NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Empresarial. SP: Editora Saraiva, 2021.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial. SP: Editora Atlas, 2010.							
GONÇALVES NETO, Alfredo Assis: Direito de Empresa – comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 10ª Edição. São Paulo: Thomson Reuters Brasil (Revista dos Tribunais), 2022.							
GONÇALVES NETO, Alfredo Assis: Lições de Direito Societário. SP: Edit. Juarez de Oliveira, 2005.							
RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de Crédito. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.							
TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: Títulos de Crédito. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0705	Direito Processual Penal III	60	0	0	60	4.4.0	ED0606
EMENTA							
Objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). Do Condenado e do Internado. Assistência. Trabalho. Direitos e Deveres. Disciplina. Órgãos da Execução Penal. Juízo de Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Atribuições do Departamento Penitenciário Nacional. Estabelecimentos Penais. Execução da Pena em Espécie. Penas Privativas de Liberdade. Penas Restritivas de Direito. Pena de Multa. Execução das Medidas de Segurança. Incidentes de Execução. Anistia e do Indulto. Procedimento Judicial.							
OBJETIVOS							
Compreender os fundamentos e os princípios gerais do Direito Processual Penal, suas fontes, sua aplicação e interpretação.							
Desenvolver no aluno uma posição crítica sobre os pontos desenvolvidos.							
Proporcionar ao aluno a relação entre a teoria e a prática através da interpretação dogmática e jurisprudencial dos temas desenvolvidos.							
Instar o acadêmico a interpretar textos legais, doutrinários e jurisprudenciais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BRITO, Alexis Couto de. Execução Penal. 8ª ed. São Paulo: Saraivajur, 2023.							
LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Execução Penal. Vol. Único. Salvador: Juspodivm, 2023.							
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Execução Penal. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Execução Penal. 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Método, 2020.							
BECCARIA, César. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martins Fontes, 1995.							
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. A história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2013.							
PRADO, Luiz Regis. Direito de Execução Penal. Denise Hammerschmidt, Douglas Bonaldi Maranhão, Mário Coimbra; Luiz Regis Prado (coordenação). 4ª ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.							
MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. 20ª ed. rev amp. e atual.- São Paulo: Saraivajur, 2023.							
ZAFFARONI. Raúl Eugenio. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de janeiro: Revan, 1991.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0706	Direito do Trabalho II	60	0	0	60	4.4.0	ED0604
EMENTA							
Conceito, características e natureza sócio-jurídica do contrato individual de trabalho. Modalidades do contrato individual de trabalho: de tempo indeterminado, de tempo determinado, de experiência, de aprendizagem e contrato temporário. Terceirização. Sujeitos do contrato de trabalho: empregador, empregado e a relação de subordinação. Cidadania na empresa: relação de emprego, poder de direção e direito de resistência. Alteração das condições de trabalho. Suspensão, interrupção. Contrato e regulamentação do trabalho: remuneração, jornada, repouso, férias, estabilidade e FGTS. Seguro-desemprego. Cálculos Trabalhistas. Normas Gerais e tutelares: medicina, segurança e acidentes do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Situações empregatícias especiais: o trabalho da mulher e do menor. Tópicos Especiais em direito do trabalho.							
OBJETIVOS							
GERAL: Apresentar aos alunos o trabalho assalariado e todos os institutos e matérias que o regulam; ESPECÍFICOS: Dar enfoque aos sujeitos jurídicos da relação empregatícia; Transmitir uma noção conceitual e prática da remuneração e seus consectários, assim como todos os direitos dela decorrentes; Possibilitar o conhecimento das normas gerais que se aglutinam em torno do contrato de trabalho e também das alterações admitidas no contrato de trabalho, projetando, por fim, uma noção geral do exercício desses direitos; Apresentar uma abordagem conceitual do Direito do Trabalho e sua influência na relação jurídica de emprego; Ensejar uma visão do Direito do Trabalho na experiência do Estado Brasileiro, seguindo-se pesquisa e análise do funcionamento do Direito do Trabalho, especialmente no Estado do Amazonas e no Pólo Industrial de Manaus - PIM.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. São Paulo: Método, 2022. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2020. LUCENA JUNIOR, Hamilton N. Cálculo Trabalhista em Perguntas e Respostas para elaboração da petição inicial. Salvador: JusPodivm, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
JORGE NETO, Francisco Ferreira. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2018. MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2022. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2019. SARAIVA, Renato. DIREITO DO TRABALHO - TEORIA E PRÁTICA PARA O EXAME DA ORDEM 2ª FASE. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022. CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0932	Direito Ambiental I	60	0	0	60	4.4.0	ESO0437
EMENTA							
<p>Natureza e Cultura. Modos de percepção, representação e apropriação da natureza. Meio Ambiente: definições; Bens ambientais; Princípios do Direito Ambiental; Direitos de terceira geração. O meio ambiente na Constituição Brasileira, e do Amazonas. Política Nacional de Meio Ambiente; Políticas de Proteção Ambiental e seus órgãos e organismos. Poder de Polícia Infração Administrativas Ambientais. Procedimentos e sanções aplicáveis às infrações administrativas. Licenciamento ambiental.EIA/RIMA. Informação ambiental. Zoneamento ambiental. Padrões ambientais. Legislação Estadual sobre procedimentos, sanções e infrações administrativas. Tutela Constitucional e Direito Ambiental. Direito Criminal Constitucional. Direito Penal Ambiental e Princípio da Legalidade Penal. Concurso de Crimes Ambientais e Normas Penais em branco. Responsabilidade penal da Pessoa Física. Responsabilidade penal da Pessoa Jurídica. Aplicação da pena (Pessoa Física e P. Jurídica). Apreensão do produto e do instrumento do crime; Ação e processo penal. Atuação do Ministério Público E competência judicial nos crimes de meio ambiente. Crimes contra a fauna e Crimes contra a flora. Poluição e outros crimes ambientais. Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural. Crimes contra a Administração ambiental. Análise de Casos Concretos.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Disponibilizar aos alunos subsídios teóricos, doutrinários e práticos, a fim de que possam compreender a interação conceitual e metodológica entre a ciência do Direito e outras disciplinas da área ambiental.</p> <p>Trabalhar a interface entre o Direito e outras ciências.</p> <p>Identificar e distinguir as infrações administrativas e os crimes praticados contra o meio ambiente;</p> <p>Entender o processo de responsabilização administrativa e penal por crimes contra o meio ambiente, praticados por pessoa física e por pessoa jurídica, bem como seus principais procedimentos específicos;</p> <p>Analisar casos concretos de responsabilização penal por crimes contra o meio ambiente.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO. 23 ed. São Paulo. Ed. Malheiros, 2015.</p> <p>COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. BELLO FIHO, Ney de Barros. COSTA, Flávio Dino de Castro e. Crimes ambientais e infrações administrativas ambientais: comentários à Lei nº 9.605/98. 3. ed. rev e atual. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.</p> <p>RODRIGUES, Marcelo Abelha. Elementos de Direito Ambiental - Parte Geral. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 10 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. Curso de Direito Ambiental. 6ed, São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>SIRVINKAS, Luis Paulo Tutela penal do meio ambiente. 4ª ed. rev. atual. e ampl.São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª ed, São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 2014.</p>							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0933	Direito Civil VII (Sucessões)	60	0	0	60	4.4.0	ESO0816
EMENTA							
Sucessão em geral. Sucessão legítima. Exclusão por indignidade. Direito de Representação. Sucessão testamentária. Formas ordinárias de testamento. Testamentos especiais. Disposições testamentárias em geral. Invalidade do testamento. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. Revogação dos testamentos. Testamenteiro. Inventário. Sonegados. Colação. Partilha.							
OBJETIVOS							
Conhecimento e aplicação do direito das sucessões. Apresentar as bases normativas do Direito das Sucessões brasileiro do novo Código Civil de 2002 à luz da interpretação constitucional. Estudar os institutos do Direito das Sucessões. Enfrentar os temas do Direito das Sucessões surgidos a partir das novas concepções de <i>família</i> .							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Sucessões. Vol. 7. 1. ^a Ed. São Paulo: Atlas. 2015. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. VII. São Paulo: Saraiva. 2015.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINIZ, Maria Helena. Direito Civil Brasileiro Direito das Sucessões, Vol. 6, 19 ^a ed, São Paulo: Saraiva, 2014. RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil Direito das Sucessões. Atualizador: Zeno Veloso, Vol. 7, 26 ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2013. VENOSA, Sílvio de Sávio. Direito Civil VI. 15 ^a Ed. São Paulo: Atlas, Vol. 7. 2015.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0934	Direito Empresarial III	60	0	0	60	4.4.0	ESO0817
EMENTA							
<p>Falência e Recuperação Judicial nas empresas do Amazonas. Relação com o modelo econômico. Aspectos jurídicos: esboço histórico e conceitos gerais. Caracterização da falência. Legitimidade na ação falimentar. Competência. Requerimentos. Fase pré-falimentar. Sentença. Recursos. Efeitos da falência. Órgãos da falência. Classificação dos créditos. Liquidação. Extinção das obrigações. Recuperação Judicial. Críticas ao sistema. Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Crimes falimentares. Insolvência civil. Intervenção e liquidação das instituições financeiras. O processo falimentar.</p>							
OBJETIVOS							
<p>Conhecimento e aplicação da teoria e prática atinente aos institutos jurídicos que incidem sobre a Falência e Recuperação Judicial. Construir uma visão atual, completa e consolidada dos procedimentos da falência e da recuperação de empresas. Desenvolver o conhecimento sobre os institutos aplicáveis aos agentes econômicas empresariais.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
<p>BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Curso Avançado de Direito Comercial. 8ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa. 19ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.</p> <p>RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquemático. 5ª Edição. São Paulo: Método. 2015.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
<p>GOMES, Fábio Belote. Manual de Direito Empresarial. 3ª Ed. São Paulo: RT, 2014.</p> <p>MIRANDA, Maria Bernadete. Nova Lei de Falências – Comparativos e comentários. 1ª. ed. São Paulo: Rideel. 2013.</p> <p>PERIN JUNIOR, Ecio. Curso de Direito Falimentar e Recuperação de Empresas. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>ROSSIGNOLI, Estefânia. Direito Empresarial. Salvador: Editora Juspodivm, 2012.</p>							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0935	Direito da Seguridade Social	30	0	0	30	2.2.0	ESO0630
EMENTA							
Evolução histórica da Seguridade Social. Conceito. Fontes Interpretação. Natureza Jurídica. Princípios. O sistema de seguridade social na Constituição Federal de 1988: princípios constitucionais, previdência, assistência e saúde. Regime geral de previdência social: segurados e dependentes. A lei previdenciária no tempo e no espaço. Benefícios. Evolução da previdência social no mundo e no Brasil. Atividades abrangidas pela previdência. Custeio. Prestações concedidas pela previdência. Acidentes de trabalho. Administração e contencioso da previdência social. Disposições penais da previdência social. Sistemas especiais. Tendências e rumos gerais da previdência social.							
OBJETIVOS							
Introduzir o aluno no estudo do direito da seguridade social, visando por meio da análise histórica, política e jurídica da seguridade social, proporcionar uma visão crítica a respeito dos fundamentos, princípios e disciplina legal do sistema. Capacitar o aluno no estudo da seguridade social e seu tripé: previdência, assistência social e saúde. Refletir sobre o sistema de seguridade e sua importância para o cidadão. Estudar os benefícios previdenciários e seus reflexos sobre o mundo do trabalho.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
AMADO, Frederico. Direito e Processo Previdenciário. Salvador: JusPodivm, 2012. CASTRO, Carlos Pereira; LAZZARI, João Batista. Manual de direito Previdenciário. São Paulo: Conceito editorial, 2013. LENZA, Pedro. SANTOS, Marisa Ferreira dos. (Coord.) Direito Previdenciário Esquematizado - 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. MARTINS, Sergio Pinto. Direito da seguridade social. 32.ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. <i>Curso de Direito da Seguridade Social</i> . São Paulo: Saraiva, 2013. DELGADO, Maurício Godinho. <i>Curso de Direito do Trabalho</i> . 13ª. Edição. São Paulo: LTr, 2014. TSUTUYA, Augusto Massayuki. <i>Curso de Direito da Seguridade Social</i> . São Paulo: Saraiva, 2011. VIANNA, João Ernesto Aragonés. <i>Curso de Direito Previdenciário</i> . 5.ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.							